

Jornal Negócios

24-10-2019

Periodicidade: Diário**Classe:** Economia/Negócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 12747**Temática:** Economia**Dimensão:** 2351 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/8/9

Portugal é o terceiro país com mais riqueza em offshores na UE

Só Chipre e Malta têm mais património transferido para paraísos fiscais entre 2001 e 2016, em percentagem do PIB. A Grécia surge em quarto lugar.

ECONOMIA 8 e 9

ECONOMIA

UNIÃO EUROPEIA

Portugal é o terceiro país com mais riqueza em offshores

Em percentagem do PIB, Portugal é o terceiro país da União Europeia que mais património colocou em offshores entre 2001 e 2016. Com as medidas tomadas nos últimos anos pela Comissão Europeia e pela OCDE, os valores desviados para paraísos fiscais começam a baixar.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

CHIPRE NO TOPO, DINAMARCA NA BASE

Riqueza em offshores em percentagem do PIB, valor médio entre 2001 e 2016

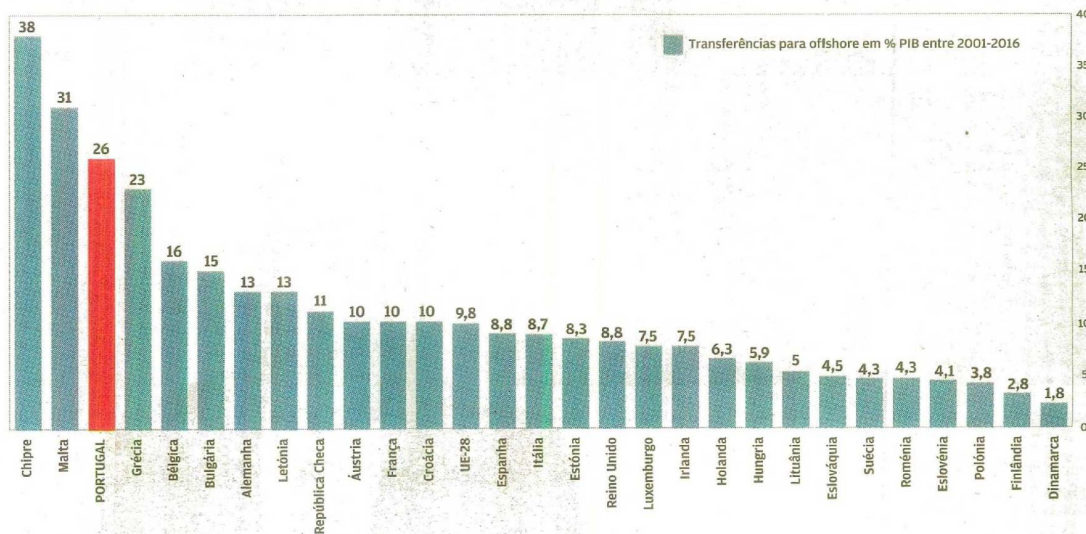
Chipre é o país da União Europeia com mais riqueza em paraísos fiscais em percentagem do seu PIB: 38%. São 11 os países que estão acima da média da UE, incluindo Portugal. Pelo contrário, a Dinamarca está no fim da tabela, sendo o país entre os 28 Estados-membros que menos riqueza tem em offshores, apenas 1,8% do seu PIB.

Portugal é o terceiro país da União Europeia (UE) que mais riqueza transferiu para offshores entre 2001 e 2016. Em média, foram desviados cerca de 50 mil milhões de euros pelas famílias portuguesas mais ricas neste período, o que equivale a cerca de um quarto do PIB português. Só Chipre e Malta têm percentagens mais elevadas da sua riqueza em paraísos fiscais (38% e 31%, respetivamente).

A conclusão é de um estudo da Comissão Europeia que, pela primeira vez, estima os valores desviados para paraísos fiscais pelos Estados-membros e a perda de receita fiscal associada.

Na mesma linha, o estudo, que foi divulgado recentemente, conclui que Portugal é também o terceiro país da UE que mais receita fiscal em percentagem da sua economia perde para as offshores. O montante perdido ultrapassa os 1,3 mil milhões de euros entre 2004 e 2016, o que equivale a 1% do PIB português. Novamente, só Malta e Chipre perdem mais receita fiscal em percentagem do PIB do que Portugal. Pelas contas da Comissão, a maior parte (65%) da receita fiscal perdida em Portugal está relacionada com rendimentos de capital.

Pela natureza da evasão fiscal, a Comissão Europeia admite que os dados não são fáceis de obter. Por isso, o estudo apresenta estimativas que assentam em elementos como a percentagem de depósitos na riqueza total dos particulares, o grau de fraude dos paí-



Fonte: Comissão Europeia.

ses e o retorno do capital sediado em offshores, entre outros.

O que explica estes valores? Embora o estudo não analise o que coloca Portugal neste “top 3”, os autores afirmam que “alguns dos Estados-membros que estiveram sob ajuda externa tendem a ter mais riqueza em offshores do que a média da UE, mas isso pode dever-se mais à incerteza económica do que a evasão fiscal”.

João Langerock, assessor de políticas fiscais e desigualdade da Oxfam, também admite que esse seja um motivo. “Pode estar relacionado com o facto de os mais ricos procura-

“

Os valores são chocantes, sobretudo se lembrarmos as dificuldades que a população em geral passou com as medidas de austeridade.

JOHANN LANGEROCK
Assessor de políticas fiscais da Oxfam

rem proteger a sua riqueza em offshores durante a crise económica. Este é um fenómeno típico”, disse. “Portugal até pode ter outras razões, mas isso aconteceu em França e na Alemanha”, acrescentou.

No entanto, o especialista da associação internacional lembra o período do ajustamento da troika por outros motivos. “Os valores são chocantes, sobretudo se lembrarmos as dificuldades que a população em geral passou com as medidas de austeridade”, considerou. Na mesma linha, Langerock lembrou que Portugal tem uma desigualdade económica elevada.

“

Os Estados-membros com a maior riqueza em percentagem do PIB são Chipre, Malta, Portugal e a Grécia.

COMISSÃO EUROPEIA
Estudo “Estimativas de Evasão Fiscal Internacional dos Particulares”

Francois Lenoir/Reuters



Para Pierre Moscovici, estes dados vão facilitar a análise dos efeitos das medidas contra o planeamento fiscal agressivo.

“Menos receita fiscal significa menos serviços públicos ou taxas de IVA mais altas para o cidadão comum”, afirmou.

Riqueza em offshores a cair
Olhando para os valores anuais, o estudo mostra uma redução no montante desviado desde 2001. Nesse ano, Portugal tinha 37,9% do seu PIB sediado em offshores. O valor reduziu-se praticamente todos os anos até ao mínimo de 17,3% em 2010. A partir daí voltou a subir até aos 30,6% do PIB em 2015 e, no ano seguinte, houve uma diminuição significativa: a riqueza em offshores caiu para 23,9% do PIB. A variação deve-

“

Isto [a receita fiscal perdida para offshores] é dinheiro que podia ser investido em escolas e em hospitais, o que é inaceitável.

PIERRE MOSCOVICI
Comissário Europeu para os Assuntos Económicos

se não só ao crescimento económico em 2016, mas também porque o valor desviado foi inferior à média dos anos anteriores.

O mesmo acontece na média dos 28 Estados-membros. O relatório mostra que os residentes na UE detinham cerca de 1,5 biliões de euros em offshores em 2016, o que correspondeu a uma perda de 46 mil milhões de euros para os cofres dos Estados-membros. “Isto é dinheiro que podia ser investido em escolas e hospitais e que é inaceitável”, afirmou o comissário europeu com a pasta dos assuntos económicos.

Ainda assim, Pierre Moscovi-

ci destaca a diminuição da riqueza transferida (em percentagem do PIB europeu) nos últimos anos, de 16% em 2001 para 10% em 2016. “Estes números também mostram que as medidas de transparência e antiabuso [ver coluna] que propusemos desde 2015 estão a começar a dar frutos e a dificultar a evasão fiscal dos ricos”, disse. Johan Langerock concorda, mas acrescenta às medidas da UE as propostas da OCDE. E insiste que “a luta contra paraísos fiscais deve ser reforçada”, a começar pela lista negra de offshores da UE, que deve ser mais exigente nos parâmetros de inclusão e exclusão de países. ■

MEDIDAS

O que está a fazer a Comissão?

A Comissão Europeia tem vindo a reforçar a troca de informação entre Estados-Membros sobre a transferência para offshores e criou uma “lista negra” destes paraísos fiscais.

DIRETIVA DA POUPANÇA

A implementação da chamada “diretiva da poupança” em 2005 foi um primeiro grande passo para reforçar a troca de informação automática entre os Estados-Membros e países terceiros, como a Suíça.

TROCA DE INFORMAÇÃO ENTRE PAÍSES DA UE

Após várias iniciativas da Comissão, os Estados-Membros trocam desde 2013 uma quantidade crescente de informações fiscais pessoais, marcando o fim do sigilo bancário na UE.

ACORDOS COM PAÍSES FORA DA UE

A UE também assinou acordos semelhantes sobre troca automática de informações de contas bancárias com Andorra, Liechtenstein, Mónaco, São Marinho e Suíça, jurisdições com tributações mais favoráveis.

CRIAÇÃO DAS LISTAS PROBLEMÁTICAS

Certos centros financeiros offshore viram-se obrigados a mudar os regimes tributários para saírem da lista negra dos paraísos fiscais (os não cooperantes) da UE. Foi o caso da Suíça, que saiu recentemente do grupo.

REFORÇO DE MEDIDAS NO PRÓXIMO ANO

Em 2020, será lançada uma nova legislação em toda a UE que obrigará os consultores fiscais a notificar as autoridades dos Estados-Membros quando fornecerem informações aos clientes que possam levar a uma perda de receita fiscal. Esta informação será então trocada entre Estados-Membros.